



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

AVULSO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE JUNHO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Barbosa Neto
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

AVULSO**SUMÁRIO*****Proposta de Emenda Constitucional 02******Proposta de Emenda Constitucional*****PROPOSTA DE EMENDA
CONSTITUCIONAL Nº 056/06**

Art. 1º Fica incluído o artigo 156-A na Constituição do Estado do Paraná, com a seguinte redação:

“Art. 156-A. O Estado poderá promover, na forma da lei e por meio de convênios com outros entes federativos, o reassentamento ou a indenização dos agricultores que, mediante título de propriedade com origem em projetos de colonização realizados pelo Estado, estejam ocupando terras destinadas por meio de processo demarcatório, aos povos indígenas.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.06.06.

(aa) JOCELITO CANTO, CLEITON KIELSE, NELSON GARCIA, DUÍLIO GENARI, JOSÉ MARIA FERREIRA, NATÁLIO STICA, WALDIR LEITE, ALEXANDRE CURI, RATINHO JÚNIOR, ANTONIO ANIBELLI, ELIO RUSCH, ÂNGELO VANHONI, GERALDO CARTÁRIO, CIDA BORGHETTI, VANDERLEI IENSEN, PADRE PAULO CAMPOS, LUIZ ACCORSI, ELTON CARLOS WELTER, NEREU MOURA, AUGUSTINHO ZUCCHI, TADEU VENERI, LUIZ NISHIMORI, ARTAGÃO JÚNIOR, LUCIANA RAFAGNIN, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI e FRANCISCO BÜHRER.

JUSTIFICATIVA:

A presente Proposta de Emenda Constitucional pretende reduzir e finalizar os conflitos decorrentes da demarcação das áreas indígenas no Estado do Paraná.

A Constituição federal de 1988 estabeleceu, no plano jurídico, o reconhecimento do caráter pluriétnico e multicultural da sociedade brasileira.

As terras indígenas no Brasil cobrem no total uma extensão de 946.452 quilômetros quadrados, correspondendo a cerca de 11,12% do território nacional. Em termos de comparação, numa extensão contínua, correspondem aos territórios da França e da Inglaterra tomados conjuntamente, ou a mais de duas vezes a extensão do Estado da Califórnia. As 554 áreas indígenas reconhecidas pela Funai abrigam uma população indígena estimada em cerca de 330 mil pessoas.

O problema da terra é o eixo central da questão indígena. A noção de território para as sociedades indígenas é muito mais do que simples meio de subsistência. A terra representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e de conhecimento. O conceito de território está ligado à história cultural do grupo, a seu universo mitológico, às relações de família, ao conjunto das interações sociais, e ao sistema de alianças políticas e econômicas entre aldeias de um mesmo grupo. A garantia da terra é por isso condição essencial para assegurar a sobrevivência dos índios como grupos etnicamente diferenciados da sociedade nacional.

Por outro lado, há diversos agricultores que há muito têm colaborado com o desenvolvimento do Estado, usufruindo de tais áreas com justo título. São famílias que adquiriram as terras do Estado de boa fé, fazendo jus, portanto, a uma indenização justa pelas terras também, o que não tem previsão constitucional.

O viés compensatório dos dados da colonização no Estado do Paraná deve ser plenamente assumido, ao mesmo tempo em que uma avaliação dos feitos da política indigenista deve presidir as discussões e tomadas de decisões futuras.

A Proposta de Emenda permite que os atuais proprietários das terras indígenas demarcadas no Paraná sejam indenizados pelo Estado, recebendo valor justo por sua propriedade, e, por consequência, acaba por resguardar a sociodiversidade, a variedade de suas formas próprias de representação política e a singularidade de seus movimentos políticos e organizações.

A aprovação da PEC permitirá a solução para um conflito onde todas as partes têm razão. São áreas onde residem e trabalham diversas famílias, as quais não devem ficar desamparadas pelo Estado.

Sendo assim, visando definitivamente a melhor forma de se atender os princípios que regem a Administração Pública, os Deputados que ao final subscrevem apresentam esta Proposição de Emenda à Constituição.

Para tanto, invocamos o apoio dos nobres Pares.